



Estado do Rio de Janeiro
Município de São João de Meriti
Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.º 034/2017

Instrumento: Extrato de Contrato referente ao Contrato n.º 034/2017.

Partes: **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 29.138.336/0001-05, através da SEMUS, na qualidade de **CONTRATANTE** e como **CONTRATADA** a empresa **PRINT KARIOCA SERVIÇOS GRÁFICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.038.277/0001-79.

Objeto: Contratação de firma especializada para aquisição de material gráfico para atendimento das necessidades da SEMUS.

Fundamento: Processo Administrativo n.º 15-870/2017

Valor: R\$ 36.290,00 (trinta e seis mil, duzentos e noventa reais)

Fonte de Despesa: Nota de Empenho n.º 479, Elemento de Despesa 33.90.30.99, Fonte de Recurso: 48, Função: 10, Subfunção: 301, Programa: 0158, Ação: 2035, Aplicação: 310.1601.

Data da assinatura: 02/08/2017

Dr. João Ferreira Neto
Prefeito



Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de São João de Meriti
 Procuradoria Geral do Município

CONTRATO

34/2017

TERMO DE CONTRATO nº 034/2017.

TERMO DE CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO que fazem entre si o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI**, CNPJ nº 29.138.336/0001-05, através de sua Secretaria Municipal de Saúde, representado pelo Sr. Lúcio Lédio de Souza, brasileiro, casado, advogado, identidade n. 85.867 OAB/RJ, e, CPF n. 984.375.697-53, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a firma **PRINT KARIOCA SERVIÇOS GRÁFICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ 18.038.277/0001-79, localizada à Rua Dona Isabel, 130, parte, Bonsucesso, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21.032-060, neste ato representada por seu representante legal **JOÃO LUCAS BERGO PINTO**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade 200118224, CONFEA e do CPF 832.548.707-00, conforme ato constitutivo contratual (fls. 112/115 do PA), denominada **CONTRATADA**¹, mediante as cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: OBJETO

Art.55, Inc. I da Lei 8666/93

O Contrato tem por objeto a contratação de firma especializada para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO** para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico – Anexo II do Edital da Proposta de fls. 202, que passam a integrar o presente Termo.

CLAUSULA SEGUNDA: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art.55, Inc. II da Lei 8666/93

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada, por menor preço unitário, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

O objeto do presente contrato deverá ser prestado na forma do Anexo II – Projeto Básico do Edital Convite 002/2017/SEMUS.

¹ CONTRATADA QUANDO REQUERER PAGAMENTO DEVE ANEXAR CÓPIA DO CONTRATO, SOB PENA DO PROCESSO FICAR PARADO

[Handwritten signature]
 Págs. 1



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São João de Meriti
Procuradoria Geral do Município

CONTRATO

34/2017

CLAUSULA TERCEIRA: PREÇO

Art.55, Inc. III da Lei 8666/93

O valor total do contrato é de R\$ 36.290,00 (trinta e seis mil, duzentos e noventa reais), procedente do orçamento do Município de São João de Meriti para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da firma vencedora, devendo a mesma fornecer dados como nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta corrente.

O crédito em conta corrente será efetuado na conta da empresa, sendo que a licitante vencedora deverá protocolar no Protocolo Geral da Prefeitura a Solicitação de Pagamento, juntamente com a respectiva nota fiscal, cópia da Nota de Empenho e do Contrato a ser firmado, desde que não haja embargos justificados da Secretaria requisitante, sendo que a CONTRATANTE efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após a entrega efetiva dos materiais/serviços.

Na Solicitação de Pagamento deverá constar o número do EDITAL e de sua modalidade, bem como discriminação dos serviços prestados.

Ocorrendo atraso no pagamento dentro do prazo estabelecido acima, o valor será atualizado de acordo com o IGPM "pro rata die" entre a data prevista para o vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento.

Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido para pagamento, a Prefeitura Municipal de São João de Meriti fará jus a um desconto, concedido pela Contratada, à título de compensação financeira, calculado de acordo com o IGPM "pro rata die", contados a partir do dia seguinte do efetivo pagamento até a data prevista para o mesmo.

Os preços pactuados em decorrência da licitação e deste contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra de equilíbrio-econômico financeiro, ou de redução de preços praticados no mercado.

Inexiste a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira.



Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de São João de Meriti
 Procuradoria Geral do Município

CONTRATO

34/2017

CLAUSULA QUARTA: PRAZO

Art.55, Inc. IV da Lei 8666/93

O prazo de validade do presente Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do termo de contrato, servindo de ordem formal autorizando o início da execução contratual emitida pelo CONTRATANTE.

A alteração deste CONTRATO será materializada por "Termo Aditivo" específico, nos termos da solução adequada à alteração pretendida, cuja extrato deverá ser, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação da decisão, objeto de publicidade na imprensa oficial e outros meios para conferir ampla publicidade.

CLAUSULA QUINTA: DA PRORROGAÇÃO

Art.57, § 1º da Lei 8666/93

O prazo previsto na Cláusula 4ª do presente instrumento poderá ser prorrogado, desde que ocorra algumas das causas previstas no § 1º do Artigo 57 da Lei 8.666/93.

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

CLAUSULA SEXTA: DESPESA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art.55, Inc. V da Lei 8666/93

As despesas decorrentes da presente licitação correrão às seguintes contas: Secretaria de Saúde: Programa de Trabalho 061501.10.301.0158.2035, Elemento de Despesa 3.3.90.30.99, Fonte de Recursos 48 - PAB - Fixo, Nota de Empenho n. 479/2017/FMS-Ordinário, no valor de R\$ 36.290,00



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São João de Meriti
Procuradoria Geral do Município

CONTRATO

34/2017

(trinta e seis mil, duzentos e noventa reais), emitida em 05/07/2017, sob o evento nº 479/2017, na modalidade Convite, **conforme informado nos autos.**

CLAUSULA SEXTA: DA GARANTIA

Art.56 e parágrafos da Lei 8666/93

A garantia para a execução do Contrato será prestada na forma do Art. 56 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SÉTIMA: DIREITOS e RESPONSABILIDADES

Art.55, Inc. VII da Lei 8666/93

O Município, responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 4.550 de 08 de Novembro de 2006, e no processo administrativo referido no cabeçalho, que deu origem a presente contratação, ficará a CONTRATADA sujeita no caso de descumprimento, no todo ou em parte, das condições deste Contrato e do Edital Convite 002/2017/SEMUS e seus anexos, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo indicado na cláusula quarta, incidente sobre o valor das etapas do cronograma não cumpridas, por motivo de atraso na entrega da obra, respeitados os limites da Lei Civil;



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São João de Meriti
Procuradoria Geral do Município

CONTRATO

34/2017

III - multa administrativa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contratado, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal, pela inexecução total ou parcial do objeto;

As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o **Município de São João de Meriti** aplique as demais sanções legais cabíveis;

As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à(s) contratada(s) ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93;

Em qualquer caso será garantida a defesa prévia; a multa não terá caráter compensatório, porém moratório, não eximindo a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham acarretar à administração ou terceiros, na forma do artigo 69 da Lei 8666/93, em qualquer juízo ou fora dele;

A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato, bem como ao frete, e todas as especificações constantes do processo, não transferindo à Administração Municipal a responsabilidade por seu pagamento, na forma do artigo 71 da Lei nº 8666/93.

A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Município:

- I - até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
- II - comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

À CONTRATADA inadimplente, total ou parcial, serão aplicadas as penalidades mencionadas na seção II, Cap. IV da Lei 8.666/93, garantido o instituto da ampla defesa assegurado na Constituição Federal;



Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de São João de Meriti
 Procuradoria Geral do Município

CONTRATO

34/2017

CLAUSULA SÉTIMA: RESCISÃO

Art.55, Inc. VIII da Lei 8666/93

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

O descumprimento de quaisquer das cláusulas ensejará a rescisão do presente Contrato, bem como ocorrendo um ou mais causas de rescisões previstas nos arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93, garantido o reconhecimento dos direitos da Administração previstos em lei e regulamentos, e ainda unilateralmente por ato escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados no art. 79 da citada Lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ficando responsabilizada a parte que lhe der causa;

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

CLAUSULA OITAVA: DAVINCULAÇÃO

Art.55, Inc. XI da Lei 8666/93

O presente Contrato obedece aos termos do Processo Administrativo nº 15-870/2017, Convite nº 002/2017/SEMUS (fls. 69/107), da Proposta de fls. 202 e da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

O presente Contrato é elaborado de acordo com o processo administrativo referido no cabeçalho, estando vinculado ao termo o despacho autorizativo do Ordenador de Despesa; à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e à proposta da CONTRATADA, independentemente de sua transcrição, bem como ao ato que homologou a licitação e ao ato que autorizou a contratação;



Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de São João de Meriti
 Procuradoria Geral do Município

CONTRATO

34/2017

CLAUSULA NONA: CASOS OMISSOS

Art.55, Inc. XII da Lei 8666/93

O presente Contrato acha-se regido na forma da Lei 8.666/93, e os casos omissos serão aplicados o Código Civil Brasileiro, e subsidiariamente os princípios gerais do Direito Administrativo e legislação correlata;

CLAUSULA DÉCIMA: OBRIGAÇÕES

Art.55, Inc. XIII da Lei 8666/93

Fica ainda obrigada a CONTRATADA a manter as condições de habilitação e qualificação, na forma do projeto e proposta apresentada, durante toda a duração do presente Contrato;

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FORO

Art.55, parág. 2.º da Lei 8666/93

As partes elegem o foro desta Comarca, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente em 4 (quatro) vias de igual teor, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém, assinado pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

São João de Meriti, 02 de agosto de 2017.

PELO CONTRATANTE

p/CONTRATADA

Testemunhas:

1- [Assinatura] 2- [Assinatura]

PUBLICADO POR EXTRATO

DOM _____, DIA ____/____/17